

**LIVRO DE  
QUESTÕES**

**AOCP**

## EXPEDIENTE

Diretora editorial  
Coordenação editorial  
Revisão  
Projeto gráfico  
Diagramação

**Juliana Pivotto**  
**Mari de Barros**  
**Equipe de Revisão Nova Concursos**  
**Equipe Nova Concursos**  
**Joyce Matos**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057**

AOCP / [Giancarlo Aquila]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.

??? p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-02-3

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Instituto AOCP I. Aquila, Giancarlo

CDU 35.08(079.1)

18-0274

Índices para catálogo sistemático:  
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT014-A-19-AOCP

# APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

**Muito obrigado.**  
**Editores da Nova Concursos**

# SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	43
Informática.....	75
Matemática Financeira.....	129
Direito Constitucional.....	143
Direito Administrativo.....	183
Administração Geral.....	219
Administração Pública.....	277
Direito Civil.....	287
Direito Processual Civil.....	307
Direito Penal.....	321
Direito Processual Penal.....	339
Direito Eleitoral.....	357
Direito do Trabalho.....	375
Direito Processual do Trabalho.....	391
Direito Tributário.....	409
Geografia.....	429
Conhecimentos Gerais e Atualidades.....	449
História do Brasil.....	465
História Geral.....	479

# LÍNGUA PORTUGUESA

## **Sobre a Autora**

### **Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco**

Professora. Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

### 1. (INES – ASSISTENTE DE ALUNOS – AOCP – 2013)

**Instrução:** Este texto é referente às questões 1, 9, 15.

#### **Monteiro Lobato? Não com o nosso dinheiro**

Leando Narloch

O movimento negro me odeia. Desde que mostrei, com o livro *Guia do Politicamente Incorreto da História do Brasil*, que Zumbi mantinha escravos no Quilombo de Palmares, os ativistas das cotas não estão contentes comigo. Do lado de cá, eu também me irrita com boa parte do que eles defendem. Mas, existe um ponto em que eu preciso concordar com eles: a polêmica dos livros do Monteiro Lobato.

Se você acaba de despertar de um coma, o que aconteceu foi que, em 2010, o Conselho Nacional de Educação decidiu impedir a distribuição do livro *Caçadas de Pedrinho* em bibliotecas públicas. Disseram que esse clássico da literatura infantil era racista por causa de frases como “Tia Anastácia trepou que nem uma macaca de carvão” ou “Não vai escapar ninguém, nem Tia Anastácia, que tem carne preta”. Muita gente esperneou contra a decisão, afirmando que se tratava de um exagero, uma patrulha ideológica e um ato de censura contra um dos maiores autores brasileiros.

É verdade que é preciso entender a época de Monteiro Lobato, quando o racismo era regra não só entre brancos, mas mesmo entre africanos. Até Gandhi, o líder mundial do bom-mocismo, escreveu e repetiu frases igualmente racistas nos 20 e poucos anos que viveu na África do Sul.

A questão, porém, é outra: o governo deve investir em obras que parecem preconceituosas a parte da população? O Conselho Nacional de Educação não defendeu a proibição dos livros de Monteiro Lobato: foi contra apenas a distribuição bancada pelo governo. Pois bem: o Ministério da Educação deve gastar seu disputado dinheiro com esses livros? Eu acredito que não.

Os negros que pagam impostos e os outros contribuintes que consideram Monteiro Lobato racista não devem ser obrigados a bancar edições do escritor. É mais ou menos essa a posição do economista Walter Williams, um dos principais intelectuais libertários dos EUA. Defensor da ideia de que o Estado deve se meter o mínimo possível na vida, nas escolhas e no bolso das pessoas, esse economista negro prega a liberdade de se fazer o que quiser desde que isso não implique violência a terceiros. Se um grupo quiser, por exemplo, criar um clube de tênis só para brancos, ou só para negros, tudo bem – desde que não use verba pública e não tente proibir manifestações de repúdio. Se tiver verba pública, não pode discriminar.

Para libertários como Williams, ninguém, nem o governo, tem o direito de ameaçar ou praticar violência contra indivíduos pacíficos. Não é correto ameaçar um indivíduo de prisão por sonegação fiscal se ele não topa contribuir com essa ou aquela prática do governo. Um grupo de políticos que defende uma guerra com o Iraque não deve obrigar os cidadãos a contribuir para essa guerra. Do mesmo modo, se uma turma acredita ter uma boa ideia ao criar uma universidade, um estádio de

futebol ou um festival de curtas-metragens, essa ideia deixa de ser boa quando implica a ameaça contra aqueles que não querem contribuir.

Nada impede, é claro, que os autores dessas ideias tentem convencer as pessoas de que seus projetos merecem contribuições. É o que fazem há séculos as melhores universidades americanas, as instituições de caridade, alguns tipos de fundos de investimento e, há poucos anos, os sites de *crowdfunding*, o “financiamento coletivo”. Nada impede, também, que os admiradores de Monteiro Lobato se organizem, reúnam doações e publiquem quantas edições quiserem das ótimas histórias do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*.

*Revista Superinteressante*, edição 312, de dezembro de 2012.

Em “*Se você acaba de despertar de um coma...*”, o enunciador

- a) ridiculariza os que ignoram o fato que será mencionado na sequência.
- b) deixa evidente que se trata de um assunto amplamente conhecido.
- c) desperta o leitor para um fato importantíssimo na história da literatura.
- d) alerta os desavisados que não estão atentos às decisões do governo.
- e) ratifica sua certeza de que muitos desconhecem o assunto em pauta.

## 2. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESTATÍSTICA – AOCP – 2015)

**Instrução:** Este texto é referente às questões 2, 3, 10, 17, 23, 24, 25, 32.

### O verão em que aprendi a boiar

#### Quando achamos que tudo já aconteceu, novas capacidades fazem de nós pessoas diferentes do que éramos

Ivan Martins

Sei que a palavra da moda é precocidade, mas eu acredito em conquistas tardias. Elas têm na minha vida um gosto especial.

Quando aprendi a guiar, aos 34 anos, tudo se transformou. De repente, ganhei mobilidade e autonomia. A cidade, minha cidade, mudou de tamanho e de fisionomia. Descer a Avenida Rebouças num táxi, de madrugada, era diferente – e pior – do que descer a mesma avenida com as mãos ao volante, ouvindo *rock and roll* no rádio. Pegar a estrada com os filhos pequenos revelou-se uma delícia insuspeitada.

Talvez porque eu tenha começado tarde, guiar me parece, ainda hoje, uma experiência incomum. É um ato que, mesmo repetido de forma diária, nunca se banalizou inteiramente.

Na véspera do Ano Novo, em Ubatuba, eu fiz outra descoberta temporã.

Depois de décadas de tentativas inúteis e frustrantes, num final de tarde ensoleado eu conquistei o dom da flutuação. Nas águas cálidas e translúcidas da praia Brava, sob o olhar risonho da minha mulher, finalmente consegui boiar.

Não riam, por favor. Vocês que fazem isso desde os oito anos, vocês que já enjoaram da ausência de peso e esforço, vocês que não mais se surpreendem com a sensação de balançar ao ritmo da água – sinto dizer, mas vocês se esqueceram de como tudo isso é bom.

Nadar é uma forma de sobrepujar a água e impor-se a ela. Boiar é fazer parte dela – assim como do sol e das montanhas ao redor, dos sons que chegam filtrados ao ouvido submerso, do vento que ergue a onda e lança água em nosso rosto. Boiar é ser feliz sem fazer força, e isso, curiosamente, não é fácil.

Essa experiência me sugeriu algumas considerações sobre a vida em geral.

Uma delas, óbvia, é que a gente nunca para de aprender ou de avançar. Intelectualmente e emocionalmente, de um jeito prático ou subjetivo, estamos sempre incorporando novidades que nos transformam. Somos geneticamente elaborados para lidar com o novo, mas não só. Também somos profundamente modificados por ele. A cada momento da vida, quando achamos que tudo já aconteceu, novas capacidades irrompem e fazem de nós uma pessoa diferente do que éramos. Uma pessoa capaz de boiar é diferente daquelas que afundam como pedras.

Suspeito que isso tenha importância também para os relacionamentos.

Se a gente não congela ou enferruja – e tem gente que já está assim aos 30 anos – nosso repertório íntimo tende a se ampliar, a cada ano que passa e a cada nova relação. Penso em aprender a escutar e a falar, em olhar o outro, em tocar o corpo do outro com propriedade e deixar-se tocar sem susto. Penso em conter a nossa própria frustração e a nossa fúria, em permitir que o parceiro floresça, em dar atenção aos detalhes dele. Penso, sobretudo, em conquistar, aos poucos, a ansiedade e insegurança que nos bloqueiam o caminho do prazer, não apenas no sentido sexual. Penso em estar mais tranquilo na companhia do outro e de si mesmo, no mundo.

Assim como boiar, essas coisas são simples, mas precisam ser aprendidas.

Estar no interior de uma relação verdadeira é como estar na água do mar. Às vezes você nada, outras vezes você boia, de vez em quando, morto de medo, sente que pode afundar. É uma experiência que exige, ao mesmo tempo, relaxamento e atenção, e nem sempre essas coisas se combinam. Se a gente se põe muito tenso e cerebral, a relação perde a espontaneidade. Afunda. Mas, largada apenas ao sabor das ondas, sem atenção ao equilíbrio, a relação também naufraga. Há uma ciência sem cálculos que tem de ser assimilada a cada novo amor, por cada um de nós. Ela fornece a combinação exata de atenção e relaxamento que permite boiar. Quer dizer, viver de forma relaxada e consciente um grande amor.

Na minha experiência, esse aprendizado não se fez rapidamente. Demorou anos e ainda se faz. Talvez porque eu seja homem, talvez porque seja obtuso para as coisas do afeto. Provavelmente, porque sofro das limitações emocionais que muitos sofrem e que tornam as relações afetivas mais tensas e trabalhosas do que deveriam ser. Sabemos nadar, mas nos custa relaxar e ser felizes nas águas do amor e do sexo. Nos custa boiar.

A boa notícia, que eu redescobri na praia, é que tudo se aprende, mesmo as coisas simples que pareciam impossíveis.

Enquanto se está vivo e relação existe, há chance de melhorar. Mesmo se ela acabou, é certo que haverá outra no futuro, no qual faremos melhor: com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo.

O verão, afinal, está apenas começando. Todos os dias se pode tentar boiar.

Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/01/overao-em-que-aprendi-boiar.html>>.



De acordo com o texto, quando o autor afirma que "*Todos os dias se pode tentar boiar.*", ele refere-se ao fato de

- a) haver sempre tempo para aprender, para tentar relaxar e ser feliz nas águas do amor, agindo com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo.
- b) ser necessário agir com mais cautela nos relacionamentos amorosos para que eles não se desfaçam.
- c) haver sempre tempo para aprender a ser mais criterioso com seus relacionamentos, a fim de que eles sejam vividos intensamente.
- d) haver sempre tempo para aprender coisas novas, inclusive agir com o raciocínio nas relações amorosas.
- e) ser necessário aprender nos relacionamentos, porém sempre estando alerta para aquilo de ruim que pode acontecer.

### **3. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESTATÍSTICA – AOC – 2015)**

De acordo com o texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Para o autor do texto, somos seres que têm a capacidade de lidar com o novo, além de sermos modificados profundamente por ele.
- b) A diferença entre o "nadar" e o "boiar" está no fato de que, na primeira ação, você se deixa ser levado pelas "águas" e, na segunda, você comanda e controla a situação.
- c) O autor demonstra prazer e satisfação em suas conquistas tardias.
- d) Durante o texto, o autor compara o estar em uma relação verdadeira ao estar nas águas do mar.
- e) O autor associa o fato de aprender a dirigir ao ganho de mobilidade e autonomia.

## GABARITO COMENTADO

1.

“Se você acaba de despertar de um coma...” = o autor usa de ironia, pois seria a única resposta que justificaria não conhecer o assunto abordado pelo texto.

Em “a” : ridiculariza os que ignoram o fato que será mencionado na sequência. (Incorreta – há ironia.)

Em “b” : deixa evidente que se trata de um assunto amplamente conhecido. (Dá a ideia de que o assunto é de conhecimento de muitos, mas não que é amplamente conhecido.)

Em “c” : desperta o leitor para um fato importantíssimo na história da literatura. (Faz o leitor se interessar pelo assunto que será abordado, mas não que se trata de algo marcante na literatura.)

Em “d” : alerta os desavisados que não estão atentos às decisões do governo. (Não é uma ação direta do governo.)

Em “e” : ratifica sua certeza de que muitos desconhecem o assunto em pauta. (O autor não tem certeza, mas demonstra acreditar que nem todos sabem o assunto que envolve o livro de Monteiro Lobato.)

**GABARITO OFICIAL: B**

2.

Ao texto: (...) **tudo se aprende, mesmo as coisas simples que pareciam impossíveis. / Enquanto se está vivo e relação existe, há chance de melhorar** = sempre há tempo para boiar (aprender).

Em “a” : Certo – haver sempre tempo para aprender, para tentar relaxar e ser feliz nas águas do amor, agindo com mais calma, com mais prazer, com mais intensidade e menos medo.

Em “b” : Errado – ser necessário agir com mais cautela nos relacionamentos amorosos para que eles não se desfaçam. (o autor propõe viver intensamente.)

Em “c” : Errado – haver sempre tempo para aprender a ser mais criterioso com seus relacionamentos, a fim de que eles sejam vividos intensamente. (ser menos objetivo nos relacionamentos.)

Em “d” : Errado – haver sempre tempo para aprender coisas novas, inclusive agir com o raciocínio nas relações amorosas. (ser mais emoção.)

Em “e” : Errado – ser necessário aprender nos relacionamentos, porém sempre estando alerta para aquilo de ruim que pode acontecer. (estar sempre cuidando, não pensando em algo ruim.)

**GABARITO OFICIAL: A**

3.

Em “a” : Certo – Para o autor do texto, somos seres que têm a capacidade de lidar com o novo, além de sermos modificados profundamente por ele.

Em “b” : Errado – A diferença entre o “nadar” e o “boiar” está no fato de que, na primeira ação, você se deixa ser levado pelas “águas” e, na segunda, você coman-

da e controla a situação. (Incorreta – *Nadar é uma forma de sobrepular a água e impor-se a ela. Boiar é fazer parte dela.*)

Em "c": Certo – O autor demonstra prazer e satisfação em suas conquistas tardias.

Em "d": Certo – Durante o texto, o autor compara o estar em uma relação verdadeira ao estar nas águas do mar.

Em "e": Certo – O autor associa o fato de aprender a dirigir ao ganho de mobilidade e autonomia.

**GABARITO OFICIAL: B**

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

## **Sobre a Autora**

### **Sara Martins de Oliveira**

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Faculdades FACCAT) de Tupã, São Paulo. Lecionou na Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã, São Paulo, no Curso de Administração. Tutora presencial do curso EAD de Ciências Contábeis, realizado pela Universidade Anhanguera. Professora de conteúdo preparatório para concursos públicos, em vários cursos de graduação e pós-graduação do país, destacando-se: Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos. Especialidade no desenvolvimento da autoria do comentário de questões gabaritadas para o complemento do banco de vários editoriais. Contadora.

## NÚMEROS NATURAIS

**1. (FUNDasUS – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – AOCP – 2015)** Considere o número 399, se subtraímos dele o seu antecessor, qual seria o resultado obtido?

- a) 0
- b) 1
- c) 5
- d) 300
- e) 398

## CONJUNTOS

**2. (FUNPAPA – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – AOCP – 2018)** Em um anúncio de jornal, uma empresa anunciou vagas de emprego para motorista, pedindo como requisito mínimo ter habilitação, porém não indicando qual categoria. A empresa selecionou 36 pessoas, das quais 25 tinham habilitação e poderiam dirigir carros, e 23 possuíam habilitação e poderiam dirigir motos. Passaria para a segunda fase da entrevista quem tivesse habilitação e pudesse dirigir carros e motos. Quantos candidatos a esse emprego passaram para a segunda fase da entrevista?

- a) 11
- b) 12
- c) 13
- d) 14
- e) 16

**3. (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA-PB – ENFERMEIRO – AOCP – 2018)** Considere os conjuntos:

$$M = \{1,2,3,4,5,6,7,8,9\}$$

$$N = \{2,4,6,8\}$$

$$P = \{1,3,5,7,9\}$$

Dessa forma, é correto afirmar que

- a)  $M \subset N$ .
- b)  $M \cap P = N$ .
- c)  $P \supset M$ .
- d)  $M = N \cup P$ .

## GABARITO COMENTADO

1.

A questão pede o resultado da subtração de 399 pelo seu antecessor.

Sendo assim, vamos subtrair  $399 - 398 = 1$

**GABARITO OFICIAL: B**

2.

De acordo com os dados fornecidos pela questão, temos:

TP = Total de Pessoas: 36

HC = Possuem habilitação para Carro: 25

HM = Possuem habilitação para Moto: 23

$HC \cap HM$  = Possuem habilitação para Carro e Moto: ?

A questão pede o número de pessoas que possuem habilitação para Carro (HC) e Moto (HM), sendo assim, temos:

$$HC \cap HM = HC + HM - TP$$

$$HC \cap HM = 25 + 23 - 36$$

$$HC \cap HM = 48 - 36$$

$$HC \cap HM = 12$$

**GABARITO OFICIAL: B**

3.

A questão apresenta os seguintes conjuntos:

$$M = \{1,2,3,4,5,6,7,8,9\}$$

$$N = \{2,4,6,8\}$$

$$P = \{1,3,5,7,9\}$$

Observe que o conjunto M possui todos os elementos de N e P, desta forma M representa a união de N e P, ou seja,  $M = N \cup P$ .

**GABARITO OFICIAL: D**

# INFORMÁTICA

## **Sobre o Autor**

### **Carlos Alexandre Quiqueto**

Graduado em Administração de Empresas e Sistema de Informação. Pós-graduando em Esp. Adm. TI. Administrador. Analista de Sistemas e Consultor em TI.

**1. (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA-PB – ENFERMEIRO – SUPERIOR - AOCP – 2018)** Em relação aos navegadores Internet Explorer e EDGE do sistema operacional Windows, qual é o mecanismo de busca comumente utilizado como padrão por esses softwares?

- a) Google
- b) Yahoo!
- c) Cadê
- d) Bing

**2. (PREFEITURA DE JOÃO PESSOA-PB – ENFERMEIRO – SUPERIOR - AOCP – 2018)** A navegação anônima proporcionada pelos navegadores atuais permite navegar sem registrar as páginas acessadas. Em relação a esse recurso, assinale a alternativa correta.

- a) Navegação anônima não armazena cookies.
- b) Navegação anônima armazena cookies.
- c) Navegação anônima é 100% indetectável.
- d) Navegação anônima só pode ser executada em uma "aba" de cada vez.

**3. (CODEM-PA – ANALISTA FUNDIÁRIO – ADVOGADO – SUPERIOR – AOCP – 2017)** Na configuração de uma conta de e-mail, por padrão, as portas dos servidores de entrada e de saída de e-mail são, respectivamente:

- a) 110, 25 (atualizada recentemente para 587)
- b) 25 (atualizada recentemente para 587), 110
- c) 110, 400
- d) 443, 110
- e) 21, 110

**4. (SUSIPE-PA – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – MÉDIO – AOCP – 2017)** A forma de ataque que consiste em inspecionar os dados trafegados em redes de computadores, por meio do uso de programas específicos, denomina-se:

- a) Sniffing.
- b) Defacement.
- c) DDoS.
- d) Phishing.
- e) Trojan.



## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – O Google Busca é um serviço da empresa Google onde é possível fazer pesquisas na internet sobre qualquer tipo de assunto ou conteúdo. É atualmente o serviço de busca mais usado e também o primeiro serviço lançado pela Google Inc.

Em "b": Errado – Yahoo Search é um serviço de pesquisa online semelhante ao buscador Google. O serviço é mantido pelo portal Yahoo! e nele é possível fazer pesquisas direto do navegador, acessando o site ou por plugins, bem como por aplicativos disponíveis para os sistemas Android e e iOS. Por oferecer recursos iguais ao do Gigante das buscas, já muito consolidado, acaba tendo menos notoriedade e é menos utilizado.

Em "c": Errado – O Cadê, em sua época, se tornou uma potência da internet brasileira, inclusive, seguindo o exemplo estrangeiro de criar departamentos próprios de produção de conteúdo. Com uma equipe de conteúdo de alta qualidade e profissionais de marketing, o time de jornalismo do Cadê deu cria a uma das iniciativas mais bacanas em matéria de conteúdo nacional, a revista Aqui!, que contava com vários colaboradores em todo o Brasil para os mais diversos assuntos, sempre antecipando novidades e tendências da sociedade em rede.

Em 1999, o Cadê foi adquirido pela StarMedia, de Fernando Espuelas, que chegou ao Brasil em processo de expansão nos mercados latino-americanos.

A empreitada não durou muito e, logo após, com o estouro da bolha, a audiência do Cadê passou a cair vertiginosamente, mas o portal conseguiu se manter no ar por um tempo, sendo depois incorporado pelo Yahoo Brasil, que adotou o sistema do Cadê para os resultados de busca do portal.

Em "d": Certo – Bing, é o motor de pesquisa criado pela Microsoft, se tornando padrão para uso em seus navegadores – Internet Explorer e, posteriormente o Edge- que por sua vez são os navegadores padrão de seu sistema operacional, o Windows.

## GABARITO OFICIAL: D

2.

Em "a": Certo – Quando você navega com privacidade, as outras pessoas que usam o dispositivo não podem ver sua atividade.

O Chrome, quando em modo de navegação anônima, não salva seu histórico de navegação nem as informações inseridas nos formulários. Os cookies e os dados do site são mantidos enquanto você está navegando, mas são excluídos quando você fecha o modo de navegação anônima.

Complementando, Cookies são pequenos arquivos que os sites colocam no disco rígido do seu computador quando você os visita pela primeira vez.

Pense em um cookie como um cartão de identificação que é exclusivamente seu. A função do cookie é notificar o site quando você voltar. Embora seja possível sua utilização indevida quando armazenam dados pessoais, os cookies em si não são mal-intencionados.

Muitos sites, inclusive o da Microsoft, usam cookies. Os cookies nos dizem quantas vezes você visita páginas, o que nos ajuda a descobrir quais informações são de seu interesse. Desta forma, podemos oferecer mais do conteúdo que você gosta e menos do que não gosta.

Os cookies podem ajudá-lo a ser mais eficiente. Alguma vez você já colocou algum item em um carrinho de compras virtual de uma loja online e, alguns dias mais tarde, quando voltou, descobriu que o item ainda estava lá? Esse é um exemplo de cookie em funcionamento.

Os cookies permitem guardar preferências e nomes de usuário, registrar produtos e serviços e ainda personalizar páginas.

Mas se você nunca registrar nem deixar informações pessoais no site, o servidor só saberá que alguém com o seu cookie retornou ao site. Ele não saberá nada além disso.

Em "b": Errado – Conforme elucidado na alternativa A, sobre cookies e definição acerca de cookies e navegação anônima, não ocorre armazenamento de cookies.

Em "c": Errado – Suas atividades ainda podem ficar visíveis para:

– Os websites que você visita, incluindo os anúncios e recursos usados nesses sites;

– Seu empregador, escola ou quem administra a rede que você está usando;

– seu provedor de acesso à Internet.

Se você fizer login em uma conta para usar um serviço da Web, como o Gmail, sua atividade de navegação poderá ser salva em sites que reconheçam essa conta.

Em "d": Errado – Incorreto. Podemos abrir diversas abas no modo privado, quantas forem necessárias.

### **GABARITO OFICIAL: A**

### **3.**

Em "a": Certo – Porta 110

- Nome de Recepção de Servidor de email - Porta POP3

- mail.dominio.com - 110 - Porta para ligações sem ligação TLS ou encriptadas ao servidor de email

Porta 25

-Servidor de Mail SMTP (Saída) - Porta SMTP

- mail.domino.com - 25 - Porta de ligação de envio ao servidor de email

Em "b": Errado – Porta 25

-Servidor de Mail SMTP (Saída) - Porta SMTP

- mail.domino.com - 25 - Porta de ligação de envio ao servidor de email

Em "c": Errado – Porta 400 não corresponde a esse tipo de comunicação

Em "d": Errado – 443 não corresponde a uma porta de comunicação com essa finalidade.

Em "e": Errado – 21 não corresponde a uma porta de comunicação com essa finalidade.

POP3 (Porta 110/995): recebimento de mensagens;

IMAP4 (Porta 143/993): recebimento de mensagens dentro do servidor;

Mensagens baixadas por meio da utilização do protocolo IMAP não são apagadas automaticamente do servidor, devido ao fato de esse protocolo disponibilizar

ao usuário mecanismos adicionais para manipular as caixas de correio e suas mensagens diretamente no servidor.

SMTP (Porta 25/587): Transferência Simples de Correio;

FTP (Porta 20 dados e Porta 21 comandos/115): transferência de arquivos;

## **GABARITO OFICIAL: A**

### **4.**

Em "a": Certo – Interceptação de tráfego, ou sniffing, é uma técnica que consiste em inspecionar os dados trafegados em redes de computadores, por meio do uso de programas específicos chamados de sniffers. Esta técnica pode ser utilizada de forma Legítima: por administradores de redes, para detectar problemas, analisar desempenho e monitorar atividades maliciosas relativas aos computadores ou redes por eles administrados.

Maliciosa: por atacantes, para capturar informações sensíveis, como senhas, números de cartão de crédito e o conteúdo de arquivos confidenciais que estejam trafegando por meio de conexões inseguras, ou seja, sem criptografia.

Note que as informações capturadas por esta técnica são armazenadas na forma como trafegam, ou seja, informações que trafegam criptografadas apenas serão úteis ao atacante se ele conseguir decodificá-las.

Fonte: <https://cartilha.cert.br/ataques/>

Em "b": Errado – Defacement é uma técnica que consiste na realização de modificações de conteúdo e estética de uma página da web.

O deface é comparado com o ato de pichar um muro ou parede. Por conta disso, os defacers também são chamados de pichadores

Em "c": Errado – DDoS-> ataque do tipo DoS (Denial Of Service, em inglês), também conhecido como ataque de negação de serviço, é uma tentativa de fazer com que aconteça uma sobrecarga em um servidor ou computador comum para que recursos do sistema fiquem indisponíveis para seus utilizadores. Para isso, o atacante utiliza técnicas enviando diversos pedidos de pacotes para o alvo com a finalidade de que ele fique tão sobrecarregado que não consiga mais responder a nenhum pedido de pacote.

Em "d": Errado – Phishing->é um termo originado do inglês (fishing) que em computação se trata de um tipo de roubo de identidade online. Essa ação fraudulenta é caracterizada por tentativas de adquirir ilicitamente dados pessoais de outra pessoa, sejam senhas, dados financeiros, dados bancários, números de cartões de crédito ou simplesmente dados pessoais.

Em "e": Errado – Trojan-> é um programa que tem um pacote de vírus que é usado geralmente para obter informações ou executar instruções em um determinado computador ou servidor de dados. Um cavalo de Troia (em inglês Trojan horse) é um malware (programa malicioso) que age tal como na história do Cavalo de Troia, entrando no computador e criando uma porta para uma possível invasão; e é fácil de ser enviado, clicando na ID do computador e enviando para qualquer outro computador. Conhecidos por normalmente responder pelo primeiro estágio de infecção de dispositivos digitais, têm como objetivo manterem-se ocultos, enquanto baixam e instalam ameaças mais robustas em computadores e laptops. Podem ser transportados em arquivos de música, mensagens de e-mail,

escondidos em downloads e sites maliciosos, aproveitando as vulnerabilidades do navegador utilizado para instalar a praga no computador. Datam do início da Internet e mantêm-se invisíveis para executar delitos, enquanto a vítima realiza suas atividades cotidianas.

**GABARITO OFICIAL: A**

# MATEMÁTICA FINANCEIRA

## **Sobre o Autor**

### **Giancarlo Aquila**

Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 2012. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá, em 2015, na área de análise econômica de decisões. Experiência acadêmica, atuando principalmente nos seguintes temas:

- Economia do Setor Eletro-Energético, especialmente, a modelagem aplicada a problemas do setor de energia renovável;
- Finanças;
- Contabilidade Gerencial;
- Engenharia Econômica;
- Pesquisa Operacional;
- Análise de Impacto de Regulatório (AIR).

## TAXAS EFETIVAS, NOMINAIS E EQUIVALENTES

**1. (SERCOMTEL – ANALISTA – AOCP – 2016)** Um valor total de R\$ 1.000,00 foi aplicado à taxa nominal de 24% ao ano, durante um ano. Qual será o montante obtido, considerando a capitalização semestral?

- a) R\$ 1.254,40.
- b) R\$ 1.432,00.
- c) R\$ 1.456,80.
- d) R\$ 2.200,20.
- e) R\$ 3.160,60.

## CAPITALIZAÇÃO POR JUROS SIMPLES E COMPOSTOS

**2. (CASAN – ECONOMISTA – AOCP – 2016)** Hipoteticamente, a CASAN captou um empréstimo junto ao governo federal para realizar investimentos em infraestrutura. Assinale a alternativa que apresenta o capital tomado pela CASAN, que aplicado a juros simples de 1,5% a.m, produziu, em 12 meses, um rendimento de R\$2.700.000,00.

- a) R\$ 35.000.000,00.
- b) R\$ 25.000.000,00.
- c) R\$ 22.000.000,00.
- d) R\$ 18.000.000,00.
- e) R\$ 15.000.000,00.

**3. (CASAN – ADVOGADO – AOCP – 2016)** Por usar o limite de sua conta bancária, o Sr. João teve que pagar, pelos três meses de atraso, juros compostos de 25% ao mês sobre o valor devido. Se o valor sobre o qual incidem os juros corresponde a R\$1.600,00, o valor total pago pelo Sr. João, contabilizando o valor devido e os juros correspondentes, foi de:

- a) R\$ 2.800,00.
- b) R\$ 1.200,00.
- c) R\$ 3.125,00.
- d) R\$ 3.000,00.
- e) R\$ 2.000,00.

**4. (BRDE – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – AOCP – 2012)** Um investidor comprou por R\$ 1.000,00 um lote de ações de uma empresa e o revendeu, após  $n$  meses, por R\$ 4.000,00. Admitindo-se que a valorização mensal dessas ações tenha sido de 8% ao mês e utilizando as aproximações  $\log 2 = 0,3$  e  $\log 3 = 0,48$ , o valor de  $n$  é:

- a) 9 meses.
- b) 10 meses.
- c) 12 meses.
- d) 15 meses.
- e) 18 meses.

## GABARITO COMENTADO

1.

No enunciado é dada a taxa nominal de 24% ao ano, capitalizada semestralmente, portanto inicialmente fazemos:

$$iN = ie_s \cdot m$$

sendo que:  $iN$  = taxa nominal;  $ie_s$  = taxa efetiva semestral;  $m$  = número de períodos da unidade de tempo da taxa nominal equivalente à unidade de tempo do período de capitalização.

Nesse caso temos:

$$\begin{aligned} 0,24 &= ie_s \cdot 2, \\ 0,12 &= 12\% = ie_s \end{aligned}$$

Em seguida, calculamos o montante:

$$\begin{aligned} M &= P \cdot (1 + i)^n \\ M &= 1.000 \cdot (1 + 0,12)^2 \\ M &= \text{R\$ } 1.254,40 \end{aligned}$$

Em "a": Certo – R\$ 1.254,40.

Em "b": Errado – R\$ 1.432,00.

Em "c": Errado – R\$ 1.456,80.

Em "d": Errado – R\$ 2.200,20.

Em "e": Errado – R\$ 3.160,60.

**GABARITO OFICIAL: A**

2.

Sabemos que os rendimentos ou juros ( $J$ ) obtidos foram de R\$ 2.700.000,00 e que o principal ( $P$ ) foi capitalizado por juros simples de 1,5% ao mês, durante 12 meses.

Portanto, temos:

$$\begin{aligned} M &= P \cdot (1 + i \cdot n), \\ P + J &= P \cdot (1 + i \cdot n), \\ P + 2.700.000 &= P \cdot (1 + 0,015 \cdot 12) \\ 2.700.000 &= 1,18P - P \\ \text{R\$ } 15.000.000 &= P \end{aligned}$$

Em "a": Errado – R\$ 35.000.000,00.

Em "b": Errado – R\$ 25.000.000,00.

Em "c": Errado – R\$ 22.000.000,00.

Em "d": Errado – R\$ 18.000.000,00.

Em "e": Certo – R\$ 15.000.000,00.

**GABARITO OFICIAL: E**

3.

A parte mais difícil da questão é identificar o que representa os R\$ 1.600,00. Como é dito que esse valor é o qual os juros incidem, podemos concluir que os R\$ 1.600,00 correspondem ao Principal (P) investido.

Dessa forma, resta apenas aplicar a fórmula para o cálculo do montante pelos juros compostos:

$$M = P \cdot (1 + i)^n$$

Temos que:  $P = 1.600$ ;  $i = 25\%$  ao mês;  $n = 3$  meses  
Portanto,

$$M = 1.600 \cdot (1 + 0,25)^3, \\ M = R\$3.125,00$$

Em "a": Errado – R\$ 2.800,00.

Em "b": Errado – R\$ 1.200,00.

Em "c": Certo – R\$ 3.125,00.

Em "d": Errado – R\$ 3.000,00.

Em "e": Errado – R\$ 2.000,00.

**GABARITO OFICIAL: C**

4.

Para calcular o montante a partir de juros compostos, fazemos:

$$M = P \cdot (1 + i)^n$$

sendo que:  $M$  = montante;  $P$  = principal;  $i$  = taxa de juros;  $n$  = número de períodos (no caso, meses).

Nesse problema, a incógnita é o número de meses, pois já dado o montante, o principal e taxa de juros:

$$4.000 = 1.000 \cdot (1 + 0,08)^n$$

Como a incógnita é um expoente, calculamos o logaritmo nos dois lados:

$$\log 4 = \log (1 + 0,08)^n,$$

$$\log 2^2 = n \cdot \log 1,08,$$

$$\frac{2 \cdot \log 2}{\log(0,4 \cdot 0,9 \cdot 3)} = n,$$

$$\frac{2 \cdot \log 2}{\log 0,4 + \log 0,9 + \log 3} = n,$$

$$\frac{2 \log 2}{\log 2^2 + \log 10^{-1} + \log 3^2 + \log 10^{-1} + \log 3} = n$$



Como é dado que  $\log 2 = 0,3$  e  $\log 3 = 0,48$ :

$$\frac{0,6}{0,6 - 1 + 0,96 - 1 + 0,48} = n,$$

$$\frac{0,6}{0,04} = n$$

$$\text{meses} = n$$

Em "a": Errado – 9 meses.

Em "b": Errado – 10 meses.

Em "c": Errado – 12 meses.

Em "d": Certo – 15 meses.

Em "e": Errado – 18 meses.

**GABARITO OFICIAL: D**

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## **Sobre o Autor**

### **Ricardo Bispo Razaboni Junior**

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

## PODER LEGISLATIVO

**1. (FUNPAPA – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – AOC – 2018)** No tocante ao Poder Legislativo, assinale a alternativa **correta**.

- a) Possui como incumbência exclusiva a função legislativa.
- b) No âmbito federal, o poder legislativo é caracterizado pelo unicameralismo.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.
- d) Os Deputados Federais são eleitos para uma legislatura, isto é, para 4 (quatro) sessões legislativas.
- e) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 (dois) Senadores, com mandato de oito anos.

**2. (TCE-PA – ASSESSOR TÉCNICO DE PROCURADORIA – AOC – 2012)** Acerca do Poder Legislativo, de acordo com o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas.
- b) A câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- d) Na Câmara dos Deputados a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- e) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

## PODER LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

**3. (SUSIPE-PA – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – AOC – 2018)** Sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Supremo Tribunal Federal é órgão político, portanto não é órgão pertencente ao Poder Judiciário.
- b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de doze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

- c) O Poder Legislativo, no âmbito da União, é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo que a Câmara compõe-se de representantes dos Estados e o Senado Federal compõe-se de representantes do povo.
- d) Cada Senador será eleito com dois suplentes.
- e) O Poder Executivo, no âmbito federal, é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, sendo que a eleição do Presidente da República será apartada do Vice-Presidente, que poderá ser independente.

## DIREITOS INDIVIDUAIS

### 4. (SUSIPE-PA – ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – AOCP – 2018)

Muitos direitos individuais estão previstos na Constituição Federal de 1988, dentre eles o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Acerca das disposições constitucionais desses direitos, assinale a alternativa **correta**.

- a) Uma das implicações da proteção ao direito à vida dos cidadãos é a previsão expressa de proibição de pena de morte no Brasil, exceto em caso de guerra declarada.
- b) O direito à liberdade inclui a liberdade de manifestação do pensamento, inclusive no anonimato.
- c) Uma das manifestações do direito à liberdade é a previsão de que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, o que manifesta a igualdade apenas formal prevista na Constituição Federal.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial.
- e) A todos é garantido o direito de propriedade, independentemente de atender sua função social.

**1.**

Em "a": Errado – O Poder Legislativo também exerce as funções de administrar e de julgar atipicamente. Ou seja, a expressão "exclusiva" torna a alternativa certa.

Em "b": Errado – A composição do poder legislativo de cada ente federativo: Congresso Nacional (UNIÃO) é Bicameral, pois nela está a câmara dos deputados e o senado federal; Assembleia Legislativa (estados membros) e Assembleia Distrital (Distrito Federal) é Unicameral e a Câmara Municipal é Unicameral.

Em "c": Errado – Conforme o art. 45, da Constituição Federal de 1988, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. Já o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, art. 46, da CF/1988.

Em "d": Certo – De acordo com o art. 44, da CF, parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Em "e": Errado – De acordo com o art. 46, § 1º, da CF: "Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos."

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em "a": Errado – art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em "b": Errado – art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

Em "c": Errado – art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Em "d": Errado – art. 46 § 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços regra aplicada ao Senado Federal.

Em "e": Certo – art. 45, § 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

**GABARITO OFICIAL: E****3.**

Em "a": Errado – O Supremo Tribunal Federal é órgão político, e NÃO órgão pertencente ao Poder Judiciário.

Em "b": Errado – O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 12 Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Em "c": Errado – Poder Legislativo, no âmbito da União, é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo que a Câmara é constituída por representantes dos Estados e o Senado Federal de representantes do povo.

Em "d": – Certo – Cada Senador será eleito com dois suplentes, art. 46, § 3º, da CF.

Em "e": Errado – O Poder Executivo, no âmbito federal, é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, sendo que a eleição do Presidente da República será apartada do Vice-Presidente, que poderá ser independente.

**GABARITO OFICIAL: D**

**4.**

Em "a": Certo – Conforme art. 5º, XLVII, *a*, de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX.

Em "b": Errado – pois é vedado o anonimato.

Em "c": Errado – Uma das manifestações do direito à liberdade é a previsão de que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, o que manifesta a igualdade formal quanto a igualdade material prevista na Constituição Federal.

Em "d": Errado – apenas durante o dia e não a noite, por determinação judicial.

Em "e": Errado – XXIII – a propriedade atenderá a sua função social.

**GABARITO OFICIAL: A**

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## Sobre a Autora

### **Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestranda bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

## PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO

**1. (FUNPAPA – ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO – AOCP – 2018)** Sobre os princípios que norteiam a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo o princípio da legalidade, a administração só está autorizada a fazer o que a lei permite.
- b) De acordo com o princípio da impessoalidade, a administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento.
- c) O princípio da publicidade exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- d) Uma atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé caracteriza a moralidade administrativa.
- e) Para atender ao princípio da eficiência, a administração está autorizada a afastar, no caso concreto, outros princípios que causam a morosidade administrativa.

**2. (CODEM-PA – ANALISTA FUNDIÁRIO – ADVOGADO – AOCP – 2017)** A função administrativa do Estado, bem como a atuação daqueles que a desempenham, está regulada pelo Direito Administrativo. Dessa forma, considerando o conceito e as funções desse ramo do Direito Público e suas relações com as outras disciplinas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) A presente área jurídica mantém relações íntimas com o Direito Constitucional, uma vez que é o presente ramo do Direito quem trata dos princípios basilares da função administrativa, tal como da legalidade, moralidade e publicidade.
- b) A temática de Direito Administrativo está relacionada à própria Administração do Estado. Desta feita, esse ramo do Direito não se relaciona com o Direito Penal, pois a responsabilização na função administrativa é meramente civil.
- c) Apesar de sua característica multidisciplinar, o Direito Urbanístico deixa de interagir com o Direito Administrativo em razão da atuação dos chamados observatórios sociais.
- d) A função administrativa do Estado é direcionada unicamente à atuação do Poder Executivo, o que implica afirmar que as atividades para a pacificação social decorrem do efetivo exercício do referido Poder.
- e) Pelas regras constitucionais, os princípios da administração pública são aplicados à administração direta, cabendo à administração indireta a aplicação dos princípios de direito civil.



**1.**

Em "a", a administração se sujeita ao princípio da estrita legalidade e apenas pode agir nos casos em que a lei autorizar.

Em "b", a administração não pode guiar suas ações com base nos sujeitos envolvidos, buscando beneficiar ou prejudicar pessoas determinadas, devendo sempre observar o interesse público, o que implica em respeitar a impessoalidade.

Em "c", é a essência do princípio da publicidade a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração, embora existam casos de sigilo (por preservação da intimidade pessoal ou do interesse público).

Em "d", a moralidade administrativa se relaciona com os valores da ética da administração, incorporando condutas como probidade (honestidade), decoro (bom comportamento e discrição) e boa-fé (boa intenção).

Em "e", o artigo 37, caput, CF colaciona como princípios que regem a administração pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Tais princípios não podem ser concebidos de forma isolada, mas apenas conjunta. Logo, em casos concretos, a administração não pode afastar um princípio para aplicar outro. Não pode, então, afastar a moralidade em prol da eficiência.

**GABARITO OFICIAL: E****2.**

Em "a": Certo – O Direito Administrativo possui estritas relações com o Direito Constitucional, até mesmo porque a Constituição Federal é fonte direta do Direito Administrativo e nela estão diversas normas que regem a administração pública, a partir do artigo 37, CF. Aliás, o artigo 37, caput, CF, prevê que são princípios constitucionais que regem a administração: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Em "b": Errado – Pois o Direito Administrativo se relaciona com o Direito Penal, sendo um exemplo de relação a tipificação dos crimes contra a administração pública, como corrupção, peculato, entre outros.

Em "c": Errado – Pois o Direito Urbanístico pode interagir com o Direito Administrativo, por exemplo, no que se refere à intervenção do Estado na propriedade.

Em "d": Errado – Pois os Poderes estatais, embora tenham suas funções normais (funções típicas), desempenham também funções que materialmente deveriam pertencer a Poder diverso (funções atípicas), o que significa que nos casos previstos em lei a função administrativa poderá ser exercida pelo Poder Legislativo ou pelo Poder Judiciário.

Em "e": Errado – Pois os princípios da administração pública são aplicados à administração direta e à administração indireta (artigo 37, caput, CF).

**GABARITO OFICIAL: A**

# ADMINISTRAÇÃO GERAL

## **Sobre a Autora**

### **Silvana Guimarães Ferreira**

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

## ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO

**1. (CÂMARA DE MARINGÁ-PR – ASSISTENTE LEGISLATIVO – AOCP – 2017)** São características da Teoria da Burocracia, também chamada de modelo burocrático, EXCETO

- a) subordinação às normas internas da organização.
- b) cargos preenchidos por mérito.
- c) ênfase nas pessoas.
- d) hierarquia.
- e) competência técnica.

## COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

**2. (SUSIPE-PA – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – AOCP – 2017)** O comportamento organizacional é um campo voltado a prever, explicar, compreender e modificar o comportamento humano no contexto das empresas. Em relação ao comportamento organizacional, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) Enfoca comportamentos observáveis, tais como conversas com colegas e lida com ações internas, como pensar, perceber e decidir, que acompanham as ações externas.

( ) Estuda o comportamento das pessoas enquanto membros atuantes e integrados no ambiente organizacional, independente de suas características individuais.

( ) Analisa o comportamento de grupos e organizações como unidades sociais maiores que podem ser explicados e entendidos em termos de processos grupais ou organizacionais.

- a) F – F – V.
- b) F – V – V.
- c) V – V – F.
- d) V – F – F.
- e) V – F – V.

**3. (DESENBAHIA – TÉCNICO ESCRITURÁRIO – AOCP – 2017)** Os fatores positivos do relacionamento são constatados nas características atitudinais e comportamentais dos membros de uma equipe e refletem em melhoria de desempenho/produzibilidade. Assinale a alternativa que apresenta algumas das características atitudinais e comportamentais de equipes eficazes.

- a) Confiança interpessoal; compromisso organizacional; menor rotatividade e aumento das ações de cidadania organizacional.

- b) Absenteísmo; qualidade de decisão; individualismo e satisfação do cliente/ consumidor com os produtos/serviços.
- c) Eficiência; grau de inovação; maior competitividade entre seus membros e priorização dos resultados organizacionais.
- d) Qualidade do produto; tempo de resposta; ineficiências decorrentes de rotação de cargos e solução de problemas.
- e) Diversidade de opiniões, informações e perspectivas; escolhas independentes e autonomia individual de decisão.

## COMUNICAÇÃO E CONTROLE

**4. (DESENBAHIA – TÉCNICO ESCRITURÁRIO – AOCP – 2017)** Comunicabilidade é uma particularidade de quem se comunica com facilidade e consegue levar alguém a apoiar sua mensagem, que é um dos mais importantes objetivos da comunicação na administração. Qual é esse objetivo da comunicação?

- a) Credibilidade.
- b) Interatividade.
- c) Eficiência.
- d) Persuasão.
- e) Eficácia.

**5. (DESENBAHIA – TÉCNICO ESCRITURÁRIO – AOCP – 2017)** A apresentação é um dos pilares da boa comunicação. Quais são os componentes de uma apresentação de sucesso que indicam, respectivamente, o que você quer dizer e as razões específicas para seus tópicos?

- a) Preparação e fundamentação.
- b) Treinamento e enriquecimento.
- c) Recursos e funcionabilidade.
- d) Profissionalismo e manuseio.
- e) Sequenciamento e argumentos.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Certo – Essa teoria apresenta como característica o caráter legal das normas e regulamentos.

Em "b": Certo – Trata-se de outra característica dessa teoria onde, a escolha se baseia na meritocracia.

Em "c": Errado – A ênfase nas pessoas é característica da teoria das relações humanas, na teoria burocrática a ênfase é na racionalidade, na estrutura.

Em "d": Certo – A teoria burocrática caracteriza-se pela hierarquia e autoridade.

Em "e": Certo – Assim como vimos na alternativa B, que as escolhas se dão por meritocracia, elas também se dão por competência técnica.

**GABARITO OFICIAL: C**

2.

Afirmativa I – Verdadeiro – "O comportamento organizacional enfoca comportamentos observáveis, tais como conversar com colegas de trabalho, utilizar equipamentos ou preparar um relatório. Porém, também lida com as ações internas, como pensar perceber e decidir, as quais acompanham as ações externas". (Wagner III e Hollenbeck, 2003, p. 06).

Afirmativa II – Falso – Estuda o comportamento das pessoas tanto como indivíduo quanto como membros de unidades sociais maiores.

Afirmativa III – Verdadeiro – "O comportamento organizacional também analisa o "comportamento" dessas unidades sociais maiores – grupos e organizações – por si. Nem os grupos nem as organizações se comportam do mesmo jeito que uma pessoa. Entretanto, certos eventos de unidades sociais maiores não podem ser explicados somente como resultado de comportamentos individuais. Esses eventos devem ser entendidos em termos de processos grupais ou organizacionais". (Wagner III e Hollenbeck 2003, p. 6).

**GABARITO OFICIAL: E**

3.

Em "a": Certo – São todos aspectos que representam um trabalho de equipe.

Em "b": Errado – Absenteísmo e individualismo não são características que representam um trabalho em equipe.

Em "c": Errado – O trabalho em equipe é caracterizado pela união das pessoas em torno de um único objetivo e não de competitividade entre elas.

Em "d": Errado – O que acontece é o aumento da eficiência, através da diminuição de rotação de cargos e de processos decisórios mais assertivos.

Em "e": Errado – Nenhuma dessas características corresponde ao trabalho em equipe.

**GABARITO OFICIAL: A**

## 4.

Primeiramente vamos entender que, no processo de comunicação organizacional, que é uma via de mão dupla, há um fluxo da comunicação, por meio dos interlocutores, e esse fluxo exige que alguns aspectos se apresentem, tais como: clareza, objetividade, redução de ruídos, concisão e, outros mais, como os das alternativas da questão que seguem abaixo:

Em "a": Errado – Credibilidade – Sem credibilidade não há quem de mérito ou importância ao que está sendo informado.

Em "b": Errado – Interatividade – Como dissemos, é uma via de mão dupla, portanto, os interlocutores precisam interagir entre si.

Em "c" e "e": Errado – Eficiência e Eficácia - A sua eficiência depende da coerência no momento de escolher o canal, ou canais de comunicação. A eficácia depende da forma como a mensagem é elaborada, como ela transmite o seu significado.

Em "d": Certo – Persuasão – É necessário que ela consiga persuadir, motivar, mudar comportamentos e atitudes, ou seja, ela irá induzir as pessoas para que essas sejam direcionadas ao objetivo estabelecido pela organização.

A questão a ser analisada é, se todos são aspectos da comunicação, qual a resposta certa?

Esse é o tipo de questão que a resposta está no enunciado, perceba.

"... particularidade de quem se comunica com facilidade e consegue levar alguém a apoiar sua mensagem, que é um dos mais importantes objetivos da comunicação na administração. Qual é esse objetivo da comunicação?

Ou seja, se preciso fazer com que alguém "compre minha ideia/informação", preciso convencê-la, preciso ser persuasiva, portanto, o objetivo abordado na questão é a persuasão.

**GABARITO OFICIAL: D**

## 5.

Primeiramente precisamos entender os dois aspectos citados no enunciado:

"O que você quer dizer" – O que eu pretendo informar, como eu quero me comunicar.

"Razões específicas para seus tópicos" - O que justifica a informação que vou passar, dá sustentação, embasamento.

A partir disso, podemos analisar as alternativas.

Em "a": Certo – Na preparação eu defino o que eu quero informar e como o farei; e também qual será a fundamentação dessa informação, ou seja, em que estou me embasando.

Em "b": Errado – Treinamento é o processo que permite a pessoa aperfeiçoar as técnicas utilizadas na comunicação; e o enriquecimento podemos conceituar como o conteúdo que agrega.

Em "c": Errado – Recursos e funcionabilidade é aquilo que uso para auxiliar a comunicação de forma que ela seja eficiente e eficaz.

Em "d": Errado – Sequenciamento é a estrutura de assuntos e tópicos a serem abordados ao longo do processo comunicativo.

**GABARITO OFICIAL: A**

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## **Sobre o Autor**

### **Cristiano Silva**

Graduado em Administração pela UNINOVE. Graduado em Gestão Pública pela UNICESUMAR. Na área de docência, larga experiência na orientação à aprendizagem do aluno. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos desde 2005. Professor de Administração e Gestão, transmitindo de modo didático o conhecimento destas disciplinas com o objetivo de aprovar o aluno no concurso público. Aprovado em concursos públicos: no concurso da Secretaria do Planejamento e Saúde da Prefeitura de Guarulhos (agente administrativo da área de gestão pública). Concursos da Caixa Econômica Federal, CPTM e Prefeitura de Mogi das Cruzes. Autor de livros publicados pela Nova Concursos, editora líder em materiais didáticos, cursos on-line e videoaulas voltados à preparação para a carreira pública.

## EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**1. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCP – 2015)** A estruturação da máquina administrativa no Brasil passou por reformas que provocaram mudanças e impactos nas estruturas administrativas do setor público. Dentre essas reformas, surgiu o Plano Diretor da Reforma do Estado para modificar a burocracia pública brasileira, dividindo as atividades estatais em dois segmentos. Quais são esses segmentos?

- a) Atividades de legislação pública e atividades de formulação de políticas públicas.
- b) Atividades de reformas estruturais do Estado e atividades de reformas da administração pública.
- c) Atividades exclusivas do Estado e atividades não exclusivas do Estado.
- d) Atividades de criação e expansão de burocracias públicas e atividades de racionalização.
- e) Atividades de gerencialismo na administração pública e atividades de descentralização.

**2. (TCE-PA – AUDITOR – AOCP – 2012)** Desde o início do Século XX, com a ampliação da esfera de atuação do Estado, tem-se desenvolvido diferentes teorias para estimular a eficiência do aparelho público. Entre elas, encontra-se a contribuição de Max Weber. Assinale a alternativa INCORRETA quanto aos aspectos enfatizados nos estudos de Weber.

- a) Racionalidade.
- b) Divisão especializada de tarefas.
- c) Eficiência.
- d) Centralização de recursos e competências.
- e) Regras impessoais de conduta.



## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – no Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado encontraremos os 04 (quatro) setores.

Em "b": Errado – as reformas a que se refere a alternativa citada faz parte de todo o processo da administração e não apenas atividades.

Em "c": Certo – o Plano Diretor da Reforma do Estado, contemplou os setores, dentre eles, as atividades exclusivas que é o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado - o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar. SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS. Corresponde ao setor no qual o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas.

Em "d": Errado – na verdade, o PDRAE – Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado visava reduzir de uma certa forma a burocracia, pelo menos no sentido de suas disfunções, pois a ideia é dar mais celeridade e dinamismo à administração pública.

Em "e": Errado – podemos dizer que gerencialismo é todo o processo, ao passo que descentralização é um dos pontos-chaves da mudança, visto que na administração burocrática tínhamos a centralização ligada à tomada de decisão e agora o conceito está voltado à descentralização, pois a tomada de decisão está agora também nos níveis inferiores.

**GABARITO OFICIAL: C**

2.

Em "a": Errado – a racionalidade é uma das características inerentes de Max Weber, a administração deve ser racional-legal, ou seja, razão e legalidade.

Em "b": Errado – a divisão especializada em tarefas é a ideia de que a organização necessita tornar uma tarefa complexa em partes mais simples.

Em "c": Errado – eficiência - conceito aplicado no intuito de utilizar o recurso de maneira correta, evitando desperdícios.

Em "d": Certo – a centralização ocorria no que se refere à tomada de decisão, somente os gestores de níveis superior de escala da organização poderiam tomar decisões.

Em "e": Errado – as regras são válidas para todos e, portanto, são impessoais, característica do tipo ideal para Weber.

**GABARITO OFICIAL: D**

# DIREITO CIVIL

## **Sobre a Autora**

### **Mariela Cardoso**

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Especialista pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP. Professora especializada.

## LINDB

**1. (CODEM-PA – ANALISTA FUNDIÁRIO – ADVOGADO – AOCB – 2017)** O Direito se expressa nas mais diferentes formas, mas sua eficácia, muitas vezes, está condicionada às regras positivadas. Todavia nem sempre as regras emanadas pelo Poder Público respondem a todos os problemas sociais, exigindo assim uma atenção maior ao aplicador da Lei, desde a observação da vigência e interpretação de uma lei, até a integração normativa. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A *vacatio legis* corresponde ao período de vigência das leis temporárias.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- c) As leis temporárias permanecem em vigor até que sejam modificadas ou revogadas por outra lei de mesma natureza.
- d) A analogia, os costumes e os princípios gerais de direito são entendidos como as fontes não formais do direito.
- e) A alegação de ignorância legislativa implica escusa obrigacional.

## DOMICÍLIO

**2. (TRT 1ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL – INSTITUTO AOCB)** Celso é agente diplomático brasileiro e se encontra exercendo sua profissão em outro país. Em visita ao Brasil, envolveu-se em um imbróglio pessoal com Manuel, resultando deste um possível litígio, tendo posteriormente Celso retornado ao país onde exerce sua profissão. Em relação ao que dispõe o Código Civil de 2002 sobre o domicílio, assinale a alternativa correta.

- a) Diante da profissão exercida por Celso, apenas poderá ele ser demandado judicialmente no país onde exerce sua função, o que se justifica em razão de ser nesse país o seu domicílio.
- b) Considerando o imbróglio que versa o enunciado, em eventual ação judicial movida por Manuel, citado Celso no estrangeiro, diante de alegação de extraterritorialidade por este, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- c) Tendo-se em vista a profissão exercida por Celso ser equiparada a da pessoa denominada de marítimo, não é possível atribuir-lhe domicílio. Portanto eventual demanda judicial de interesse de Manuel contra Celso restará impossibilitada de ajuizamento.
- d) Diante do interesse de Manuel em ajuizar ação em face de Celso, este deverá ser demandado essencialmente no Distrito Federal, por ser considerado este o local necessário de domicílio de funcionários públicos a serviço com atividade no exterior, sem exceções.
- e) Caso Manuel pretenda acionar Celso judicialmente em razão do imbróglio, não será levado em conta a profissão exercida por Celso para que seja defi-

nido o possível domicílio onde possa este ser demandado, visto ser vedado pelo Código Civil a utilização das relações concernentes à profissão para definir o domicílio.

**3. (EBSERH – ADVOGADO (HUJB-UFCG) – INSTITUTO AOCP – 2017)** Com base no Código Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. O princípio da gravitação jurídica dispõe que, em não havendo previsão legal ou estabelecida em contrário entre as partes contratantes, a propriedade do bem acessória seguirá a do bem principal.

II. Um bem público construído pela Prefeitura em uma praça é um bem de uso comum do povo e dispensa permissão especial de uso, mas poderá ser oneroso se assim definido pela administração.

III. Em um negócio jurídico a nulidade ou anulabilidade da obrigação principal também afeta as obrigações acessórias, mas, do contrário, em sendo nulas ou anuláveis as obrigações acessórias, não necessariamente o será a principal.

IV. Em um negócio jurídico, subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto ela não ocorrer não se adquire o direito a que ela visa. De outro modo, na condição resolutiva, enquanto ela não se realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.

V. Haverá uma condição suspensiva determinando a cessação dos efeitos da compra e venda de um bem imóvel, cujo contrato trouxer cláusula que estabelece o pagamento integral do preço ao registro da baixa da hipoteca no cartório de registro de imóveis.

- a) Apenas I, II, III e IV.
- b) Apenas II e IV.
- c) Apenas I, III e V.
- d) Apenas II, III e V.
- e) Apenas I e IV.

**1.**

Em "a": Errado – *vacatio legis*, em suma, é o prazo legal que uma lei possui para entrar em vigor.

Em "b": Certo – conforme comentário do colega, trata-se da literalidade do artigo 2º, parágrafo 2º, da LINDB.

Em "c": Errado – leis temporárias possuem prazo de vigência predeterminado em seu texto.

Em "d": Errado – salvo outras denominações dadas pela doutrina, a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito são considerados fontes formais imediatas do direito.

Em "e": Errado – conforme dispõe a LINDB, em seu artigo 3º, ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

**GABARITO OFICIAL: B****2.**

Em "a" e "d": Errado – a expressão imbróglio jurídico ou judicial indica uma confusão em termos legais. Muitas vezes algumas leis são interpretadas de várias formas, o que pode causar algum conflito ou confusão.

Em "b": Certo – Art. 77 – O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

Em "c": Errado – Art. 76 – Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

Em "e": Errado – Art. 72 – É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

**GABARITO OFICIAL: B****3.**

Afirmativa I – Verdadeiro – Pois "a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso."

Afirmativa II – Verdadeiro – Pois "são bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;" (Art. 99, I); Um bem público pode ter um uso comum ou privativo. O uso comum não depende de consentimento da Administração Pública (Por exemplo, a utilização de calçadas). Já o uso privativo depende de consentimento, que pode ser conferido por meio de uma autorização, permissão, cessão ou concessão de uso de bem público, em que a Administração pode exigir uma remuneração a cargo do particular pelo uso do bem público, tornando a sua utilização onerosa.

Afirmativa III – Verdadeiro – Pois "respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal (Art. 184).

Afirmativa IV – Verdadeiro – Pois “subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.” (Art. 125). E “se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido”. (Art. 127)

Afirmativa V – Falso – Pois a condição que determina o cessar dos efeitos de um contrato é chamada resolutiva (Art. 127).

**GABARITO OFICIAL: C**

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## **Sobre a Autora**

### **Greice Aline da Costa Sarquis Pinto**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP). Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP. Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

## NORMAS PROCESSUAIS

**1. (CODEM-PA – ANALISTA FUNDIÁRIO – ADVOGADO – AOCP – 2017)** A alteração da legislação processual civil, em 2015, conseguiu agradar e desagradar aos processualistas nos mais variados aspectos. Dessa forma, considerando as normas processuais gerais, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge não necessita do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário. O mesmo não se aplica quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Para efeito forense, sábados e domingos são considerados feriados.
- c) O atual Código de Processo Civil inovou ao possibilitar demandar em juízo sem interesse e sem legitimidade.
- d) Quando a lei prescrever determinada forma, mas o ato for realizado de outra forma e atingir sua finalidade, o juiz deverá considerar este inválido.
- e) Qualquer decisão judicial será considerada como não fundamentada quando deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, mesmo quando demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

## INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

**2. (FUNDASUS – ANALISTA – ADVOGADO – AOCP – 2015)** Quanto à intervenção de terceiros no processo civil vigente, assinale a alternativa correta.

- a) Feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- b) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar a lide ao proprietário ou o possuidor.
- c) É admissível a oposição do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- d) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer chamamento ao processo contra ambos.
- e) Ainda que o nomeado negue a qualidade que lhe é atribuída, contra ele correrá o processo.



**1.**

Em "a": Errado – NCPC, art. 73, *caput* – O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

Há uma ressalva prevista no § 2º do art. 73, nas hipóteses de comosse e de ato por ambos praticado.

NCPC, art. 73, § 2º – Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.

Em "b": Certo – NCPC, art. 216 – Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

Em "c": Errado – NCPC, art. 17 – Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

Em "d": Errado – NCPC, art. 277 – Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Em "e": Errado – NCPC, art. 489, § 1º, VI – Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

VI – deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

**GABARITO OFICIAL: B****2.**

Em "a": Certo – Art. 127, CPC – Feita a denúncia pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.

Em "b": Errado – Esta alternativa se referia ao instituto da nomeação à autoria do CPC/73. Contudo, esse instituto foi eliminado no CPC/2015, e, no seu lugar, surgiram 2 novidades: Incidente de substituição do réu (art. 338) e ampliação do polo passivo (art. 339).

Cabe ressaltar que o incidente de substituição (troca) ou ampliação do polo passivo é equivalente a nomeação à autoria do CPC/73, embora seja mais simples.

Em "c": Errado – Art. 130, NCPC – É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:

I – do afiançado, na ação em que o fiador for réu;

Em "d": Errado – É oposição, porém sendo procedimento especial:

**DA OPOSIÇÃO**

Art. 682 – Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.

Em “e”: Errado – Art. 338, NCPC – Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

O autor poderá trocar o réu se ele for ilegítimo. Neste caso, passará a ser direito do autor a troca do réu, e o juiz, por conseguinte, mandará citar de novo.

Parágrafo Único. Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três (3%) e cinco (5%) por cento do valor da causa. Ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º – O réu será reembolsado pela alegação de ilegitimidade.

Art. 339 – Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

Há um dever do réu que alega a ilegitimidade e sabe quem é o legitimado.

**GABARITO OFICIAL: A**

# DIREITO PENAL

## **Sobre o Autor**

### **Diego Luiz Victório Pureza**

Pós-Graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera Uniderp - LFG. Pós-Graduado em Corrupção: Controle e Repressão a Desvios de Recursos Públicos pela Universidade Estácio de Sá. Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera Educacional de Jacareí. Sócio, Diretor Administrativo e Professor do Burke Instituto Conservador. Coordenador e Professor de Direito Penal e Criminologia da Nova Concursos. Professor de Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia e Legislação Especial de diversos cursos preparatórios para concursos públicos. Palestrante com ênfase em temas penais e autor de artigos e obras jurídicas. Advogado.

## APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

**1. (TCE-PA – ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – AACP – 2012)** De acordo com o Código Penal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

II. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não aplica-se aos fatos anteriores.

III. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

IV. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

- a) Apenas II e IV.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

**2. (PREFEITURA DE CAMAÇARI-BA – PROCURADOR MUNICIPAL – AACP – 2010)**

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- b) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- c) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.
- d) É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

**1.**

Em "I": Certo – A alternativa espelha o teor do artigo 2º, "caput", do CP. Cuidado, pois em muitas questões a banca examinadora insere (em alternativas incorretas) que o instituto do 'abolitio criminis' também seria capaz de fazer cessar os efeitos civis da sentença condenatória.

Em "II": Errado – A lei posterior benéfica ao réu terá efeito retroativo, ao exemplo de lei que entra em vigor após a prática de determinado delito diminuindo a sanção penal. Nessa hipótese, o agente será beneficiado pela lei posterior. É a inteligência que se extrai do artigo 2º, parágrafo único, do CP.

Em "III": Certo – Eis a literalidade do art. 3º do CP, com todos os elementos e efeitos da lei temporária e lei excepcional.

Em "IV": Certo – Trata-se da aplicação da Teoria da Atividade em relação ao Tempo do Crime. Será considerado tempo do crime o momento em que a conduta (ação ou omissão) fora realizada, pouco importando o momento do resultado (art. 4º do CP).

Portanto, a alternativa que aponta as assertivas I, III e IV como corretas é a "d".

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em "a": Errado – Conforme já antecipado em questão anterior, é uma armadilha comum cobrada em concursos públicos quando o tema é *abolitio criminis*. A lei posterior que descriminaliza determinada conduta faz cessar a execução e apenas os efeitos penais da sentença condenatória (exemplo: reincidência), todavia, não possui o condão de cessar os efeitos de natureza civil.

Em "b": Certo – Trata-se da aplicação da Teoria da Atividade em relação ao Tempo do Crime. Será considerado tempo do crime o momento em que a conduta (ação ou omissão) fora realizada, pouco importando o momento do resultado (art. 4º do CP).

Em "c": Certo – O Brasil, em regra, adotou a aplicação do Princípio da Territorialidade, segundo o qual deverá ser aplicada a lei penal brasileira aos crimes praticados dentro do território nacional. Além disso, o CP considera (ficção jurídica) como extensão do território nacional (para fins de aplicação do CP brasileiro) as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar, sendo a correspondência do art. 5º, §1º, do CP.

Em "d": Certo – Espelha também a aplicação do Princípio da Territorialidade, desta vez, relativo às aeronaves e embarcações estrangeiras de propriedade privada quando em espaço brasileiro (art. 5º, §2º, do CP).

Em "e": Certo – Trata-se da aplicação da Teoria da Ubiquidade (ou Mista) em relação ao Lugar do Crime (art. 6º do CP). Conforme a respectiva teoria, será considerado lugar do crime o local em que ocorreu a conduta criminosa (ação ou omissão), bem como o local da consumação do delito (resultado) ou onde deveria ter ocorrido a consumação (nas hipóteses de tentativa).

**GABARITO OFICIAL: A**

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## Sobre o Autor

### **Rodrigo de Carvalho Gonçalves**

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

## COMPETÊNCIA

**1. (TRT-1ª REGIÃO-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA – INSTITUTO AACP - 2018)** Um magistrado, titular da Vara do Trabalho de Macaé/RJ, foi denunciado por crime de corrupção passiva no exercício de sua função. Entendendo não haver justa causa para o oferecimento da denúncia criminal e tencionando trancar o processo, a Defesa do magistrado deve cogitar trancar o processo perante o:

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (seção judiciária do Rio de Janeiro).
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal Regional Federal da 2ª Região (seções judiciárias de Rio de Janeiro e Espírito Santo).
- e) Tribunal Superior do Trabalho.

## INQUÉRITO POLICIAL

**2. (TRT-1ª REGIÃO-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA – INSTITUTO AACP - 2018)** Benedito, Juiz de Direito, enquanto dirigia seu automóvel no trânsito, avistou um determinado sujeito, Edson, seu conhecido, atirando uma pedra na janela de um automóvel estacionado em frente a uma loja de departamentos. Por vislumbrar o crime de dano, Benedito instaurou, de ofício, inquérito policial para investigar a conduta de Edson. O Delegado de Polícia competente para presidir a investigação preliminar, chamado Gustavo, analisou o ofício do magistrado e não deu seguimento à instauração do inquérito, encaminhando-o para análise do Ministério Público que requereu seu arquivamento ao Juízo competente, por detectar vício na legitimidade do ato, com fundamento no art. 5º do Código de Processo Penal. Diante do exposto, é **CORRETO** afirmar que a atitude de Gustavo foi:

- a) incorreta, pois um Delegado de Polícia não pode desobedecer a uma ordem judicial.
- b) desnecessária, pois o Delegado de Polícia é a Autoridade Policial presidente da investigação preliminar e pode, inclusive, mandar arquivar o inquérito, sem colher a opinião do Ministério Público.
- c) correta, pois Benedito não tem legitimidade para instaurar, de ofício, um inquérito policial, sendo a ele possível, tão somente, encaminhar uma requisição de instauração de inquérito à Autoridade Policial, já que não existe hierarquia entre um Juiz e um Delegado.
- d) incorreta, pois Gustavo deveria dar seguimento à investigação, ainda que o ofendido tenha noticiado à Autoridade Policial seu desinteresse na persecução de Edson.
- e) correta, pois Gustavo deve arquivar todo inquérito instaurado sem o consentimento do ofendido, independente da modalidade da eventual ação penal.

**1.**

Em "a": Errado – Compete ao STJ julgar os juízes que oficiem nos tribunais.

Em "b": Errado – TRT não tem competência para julgar juízes por crimes.

Em "c": Errado – STF não tem competência para julgar juízes por crimes.

Em "d": Certo – O Tribunal Regional Federal da área da respectiva jurisdição ou atribuições, ressalvando-se a competência da Justiça Eleitoral (art. 108, I, a, da CF, compete julgar Juízes Federais, do Trabalho e Militares e os membros do Ministério Público da União. Em se tratando de crimes funcionais inafiançáveis, o rito previsto é praticamente idêntico ao rito comum ordinário, com a única diferença de que a queixa ou a denúncia será instruída com documento ou justificação que faça presumir a existência do crime ou declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação destas provas. Nos termos do art. 513 do CPP, os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.

Em "e": Errado – TST não competência para julgar juízes por crimes.

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em "a": Errado – A autoridade judiciária deveria fazer uma requisição para a autoridade de polícia judiciária, delegado, conforme art. 5º, II, do CPP.

Em "b": Errado – O delegado, autoridade de polícia judiciária, poderá instaurar inquérito, nos casos de crimes de ação penal pública, de ofício ou mediante requisição do juiz ou do Ministério Público, ou representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representa-lo, art. 5º, I e II, do CPP.

Em "c": Certo – Conforme art. 5º, do CPP, somente o delegado poderá instaurar inquérito, nos casos de crimes de ação penal pública, de ofício ou mediante requisição do juiz ou do Ministério Público, ou representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representa-lo e, detalhe, não há relação de hierarquia entre juiz e delegado.

Em "d": Errado – O ofendido, juiz, não pode determinar à autoridade policial, delegado, que instaure inquérito policial. E na hipótese de o delegado ter instaurado inquérito (iniciada a investigação), não poderia encerrar os trabalhos pelo fato de o ofendido (juiz) manifestar desinteresse, pois, iniciado o inquérito, somente por decisão judicial pode-se arquivar os autos.

Em "e": Errado – O delegado não pode arquivar autos de inquérito policial, somente juiz pode determinar o arquivamento dos autos, art. 18, do CPP.

**GABARITO OFICIAL: C**



# DIREITO ELEITORAL

## **Sobre o Autor**

### **Fernando Paternostro Zantedeschi**

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

**1. (ITEP-RN – PERITO CRIMINAL – AOCP – 2018)** Nas eleições municipais, um candidato a Prefeito comprou o voto de um eleitor. Alguns dias depois, ele mandou matar uma testemunha daquele crime de compra de votos. O referido candidato perdeu as eleições. Nesse caso, assinale a alternativa correta acerca da competência.

- a) Pelos dois crimes ele responderá na Justiça Eleitoral, que exerce “*vis attractiva*”.
- b) Pelos dois crimes ele responderá no júri Estadual, que exerce “*vis attractiva*”.
- c) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos na Justiça Eleitoral e pelo homicídio no júri Estadual.
- d) Pelos dois crimes ele responderá no Tribunal de Justiça.
- e) Os processos serão separados e ele responderá pela compra de votos no Tribunal Regional Federal e pelo homicídio no Tribunal de Justiça.

**2. (SEJUS-CE – AGENTE PENITENCIÁRIO – AOCP – 2017)** De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma hipótese de perda ou suspensão dos direitos políticos.

- a) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) Incapacidade civil relativa.
- c) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- d) Improbidade administrativa.

**3. (SEJUS-CE – AGENTE PENITENCIÁRIO – AOCP – 2017)** É **correto** afirmar que são condições para elegibilidade, previstas expressamente na Constituição Federal, dentre outras:

- a) a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral e a idade mínima de trinta anos para Senador.
- b) o domicílio eleitoral na circunscrição, a inexistência de condenação por decisão de órgão colegiado e a idade mínima de trinta anos para Governador.
- c) a filiação partidária, o alistamento eleitoral e a idade mínima de dezoito anos para Vereador.
- d) o pleno exercício dos direitos políticos, a filiação partidária e a idade mínima de vinte e um anos para Vereador.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Certo – Segundo o art. 78, IV, do CPP, no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta. A Justiça Eleitoral, dessa forma, atrai a competência para o julgamento de ambos os crimes, por ser considerada jurisdição especial, exercendo o fenômeno denominado *vis attractiva*.

Em "b": Errado – O júri Estadual é considerado jurisdição comum, enquanto que a Justiça Eleitoral é qualificada como jurisdição especial. Assim, o júri Estadual não é competente para julgar crimes eleitorais.

Em "c" e "e": Errado – Os crimes apresentados no enunciado não podem ser separados, pois são considerados crimes conexos, pois um delito (assassinato) foi realizado para ocultar o outro (compra de votos).

Em "d": Errado – O Tribunal de Justiça é considerado jurisdição comum e, por isso, não tem competência para julgar crimes eleitorais.

**GABARITO OFICIAL: A**

2.

Em "a": Errado – O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado é causa de suspensão de direitos políticos, previsto no art. 15, I, da CF/1988.

Em "b": Certo – Somente a **incapacidade absoluta** (art. 15, II, CF/1988) é causa de suspensão de direitos políticos.

Em "c": Errado – A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos é causa de suspensão de direitos políticos, prevista no art. 15, III, da CF/1988.

Em "d": Errado – A improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º da CF/1988, é causa de suspensão de direitos políticos, prevista no art. 15, V, da CF/1988.

**GABARITO OFICIAL: B**

3.

Em "a": Errado – A idade mínima para se candidatar a Senador é 35 (trinta e cinco) anos, conforme dispõe o art. 14, § 3º, VI, *a*, da CF/1988.

Em "b": Errado – A inexistência de condenação por decisão de órgão colegiado não está prevista na Constituição Federal como condição de elegibilidade.

Em "c": Certo – É o texto do art. 14, § 3º, III e V, e VI, *d*, da CF/1988.

Em "d": Errado – A idade mínima para vereador é de 18 (dezoito) anos, conforme dispõe o art. 14, § 3º, VI, *d*, da CF/1988.

**GABARITO OFICIAL: C**

# DIREITO DO TRABALHO

## **Sobre a Autora**

### **Natasha Mirella Melo Costa**

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG. Advogada. Consultora jurídica.

**1. (FUNDasUS – ANALISTA ADVOGADO – AOCP – 2015)** Quanto às normas sobre relação de trabalho e relação de emprego, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a solicitação deste e mediante remuneração.
- b) Em se constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, será, para os efeitos da relação de emprego, subsidiariamente responsável a empresa principal em relação a cada uma das subordinadas.
- c) O regramento da relação de emprego se aplica, como norma geral, aos servidores públicos da administração direta.
- d) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.
- e) A todo trabalho de igual valor corresponderá salário equivalente, aplicadas as devidas distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, e entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

**2. (CASAN-SC – ADVOGADO – AOCP – 2009)** De acordo com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.

II. A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.

III. Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20-06-1983), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – De acordo com o Art. 3º – Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Em "b": Errado – De acordo com o Art. 2º, § 2º – Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

Em "c": Errado – De acordo com o Art. 7º – Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: c) aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios e aos respectivos extranumerários em serviço nas próprias repartições.

Em "d": Certo – Conforme o Art. 2º – Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Em "e": Errado – Conforme o art. 461, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º, § 6º da CLT e em sua nova redação – Está errada.

**GABARITO OFICIAL: D**

2.

Afirmativa I – Verdadeiro – De acordo com a súmula 331, I do TST.

Afirmativa II – Verdadeiro – Conforme a súmula 331, II do TST e o art. 37, II da CF.

Afirmativa III – Verdadeiro – De acordo com a súmula 331, III do TST.

Afirmativa IV – Falso – Pois não está de acordo com a súmula.

**GABARITO OFICIAL: B**

# DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

## **Sobre a Autora**

### **Natasha Mirella Melo Costa**

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA. Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG. Advogada. Consultora jurídica.

**1. (FUNDasUS – ANALISTA ADVOGADO – AOCP – 2015)** Quanto às normas vigentes acerca dos dissídios coletivos do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) A prerrogativa para instauração da instância assiste às associações sindicais, ao presidente do Tribunal ou à Procuradoria da Justiça do Trabalho, qualquer seja a situação fática.
- b) A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, por maioria absoluta dos mesmos.
- c) É vedado ao empregador fazer-se representar na audiência de conciliação de dissídio coletivo por gerente, ou por qualquer outro preposto.
- d) Decorridos mais de dois anos de sua vigência, caberá revisão das decisões em dissídio coletivo que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.
- e) Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente, aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.

**2. (DESEN-BAHIA – ADVOGADO – AOCP – 2009)** Em relação ao procedimento sumaríssimo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Os princípios da celeridade, oralidade e da concentração dos atos na audiência incidem sobre o procedimento sumaríssimo.

II. Será aplicável aos dissídios individuais e coletivos cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo.

III. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, deverão ser intimadas a comparecer na data designada para a audiência de instrução e julgamento.

IV. As demandas sujeitas ao rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única e serão decididos de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo.

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas I e IV.
- e) Apenas II e IV.



## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": o erro da alternativa "a" está em dizer que cabe ao Presidente do Tribunal a instauração da instância, já que o art. 856 da CLT foi revogado pelo artigo 8º da Lei de Greve (7783/89).

Em "b": na verdade é por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.

Em "c": é facultado ao empregador e não vedado.

Em "d": decorrido mais de 1 (um) ano de sua vigência e não de 2 anos.

Em "e": em concordância com o art. 868 da CLT, a alternativa está correta.

**GABARITO OFICIAL: E**

2.

Afirmativa I – Verdadeiro – As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular. (Art. 852-C, CLT).

Afirmativa II – Falso – Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. (Art. 852-A, CLT).

Afirmativa III – Falso – As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação. (Art. 852-H, § 2º, CLT).

IV – Verdadeiro – Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo. As demais questões serão decididas na sentença. (Art. 852-G, CLT).

**GABARITO OFICIAL: D**

# DIREITO TRIBUTÁRIO

## **Sobre o Autor**

### **Gilmar Vieira de Araujo**

Bacharel em Direito pelo Centro UNISAL – Lorena, Especialista em Direito Empresarial pelo Centro UNISAL - Lorena, Mestre em Direitos Sociais e Cidadania pelo Centro Unisal - Lorena. Professor Universitário, exerceu a função de Professor de Direito Processual Civil, Prática Civil, Teoria Geral do Processo, Internacional, Economia e Metodologia Científica no curso de Direito e Direito Tributário no curso de Administração ambos no UNISAL - Lorena/SP ([www.unisal.br](http://www.unisal.br)). Lecionou as disciplinas de Processo Civil e Direitos Humanos curso de Direito da FACIC de Cruzeiro/SP e Processo Civil, Direito Internacional e Consumidor no curso de Direito da Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá. Foi membro do Conselho Editorial e Organizador da Revista Eletrônica do Curso de Direito do UNISAL/Lorena - ISSN 1984-5405. Foi organizador da Revista Eletrônica do Curso de Direito de Itajubá (FEPI). Foi membro do grupo de pesquisa Efetividade das Políticas Públicas, Meio Ambiente e Direitos Fundamentais - CNPQ/CAPES. Foi membro da Comissão Científica da III Jornada de Produção Científica e Prática de Estágio do UNISAL - Lorena. Atualmente é Oficial da Força Aérea Brasileira, ocupando o posto de 2 Tenente, Serviços Jurídicos, atuando na Assessoria Jurídica da Escola de Especialistas de Aeronáutica. Advogado desde 2009.

## DIREITO TRIBUTÁRIO/CONCEITO DE TRIBUTO

**1. (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA-MG – AUDITOR FISCAL – AOCF – 2016)** Assinale a alternativa correta.

- a) Ao fato gerador, é aplicada a legislação vigente à época do lançamento.
- b) A cobrança do tributo é uma atividade administrativa discricionária.
- c) Ao fato gerador, é aplicada a legislação vigente à época de sua ocorrência.
- d) As taxas e contribuições de melhoria são tributos não vinculados a uma atuação estatal.
- e) Os impostos são tributos vinculados a uma atividade estatal específica.

## DIREITO TRIBUTÁRIO/OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

**2. (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA-MG – AUDITOR FISCAL – AOCF – 2016)** É corrente que, desde que previsto em lei, a Obrigação Tributária pode ser constituída diretamente em relação a um terceiro que não o contribuinte, o que se observa nos casos de:

- a) Substituição Tributária.
- b) Sucessão Tributária.
- c) Transferência Tributária.
- d) Subsidiariedade Tributária.
- e) Imputação Tributária.

**1.**

Em "a": Errado – O art. 150, III, "a", da CRFB/88, ao cuidar das limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, dispôs que *"sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado*. Assim é que, para se falar em cobrança do tributo, necessário que exista a formalização, por intermédio de um ato administrativo plenamente vinculado, conhecido como lançamento. Logo, somente é possível se falar em lançamento, após a instituição do tributo e o fato gerador, por lei, em atendimento ao princípio da legalidade tributária, disposto no art. 150, I, da CRFB/88. Assim, aplica-se à legislação da época da instituição do tributo e não do lançamento, conforme o disposto no art. 144 do CTN.

Em "b": Errado – O art. 3º do CTN estabelece que *"Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada"*. Assim é que, necessário se faz a formalização para a cobrança do tributo, conhecido como lançamento.

Em "c": Certo – A resposta pode ser encontrada no art. 144 do CTN, que estabelece que *"O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada"*.

Em "d": Errado – Os tributos são vinculados quando sua arrecadação é destinada para um fim específico. As taxas têm previsão no art. 145, II, da CRFB/88 e art. 77 do CTN, sendo considerado um tributo vinculado em relação ao fato gerador, por se tratar de atividade estatal específica, relativa à pessoa do contribuinte em razão da prestação de serviço público ou pelo exercício regular do poder de polícia. Já a contribuição de melhoria, tem previsão no art. 145, III da CRFB/88 e também no art. 81 do CTN, que estabelece que é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorram valorização imobiliária ao contribuinte. Logo, ambos são considerados tributos vinculados.

Em "e": Errado – O art. 16 do CTN dispõe que *"Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte"*. Pode ser entendido como um tributo cuja arrecadação não tem destinação específica, sendo utilizado para fazer frente às necessidades da coletividade, ou seja, não vinculado a nenhuma atividade estatal específica.

**GABARITO OFICIAL: C**

2.

Em "a": Certo – A CRFB/88, em seu art. 150, § 7º estabelece que *"a lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido"*. A lei determina que o responsável, no caso, o substituto, ocupe o lugar do contribuinte, substituído, desde a ocorrência do fato gerador, de modo que, desde o nascimento da obrigação tributária, o responsável já é o sujeito passivo.

Em "b": Errado – Tem previsão entre os art. 129 a 133 do CTN, que estabelece, dentre outros, que será aplicada a sucessão por ato *inter vivos*, *causa mortis* e societária ou comercial. Como exemplo temos que a pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos.

Em "c": Errado – Em decorrência de previsão legal, a ocorrência de um fato posterior ao surgimento de uma obrigação, transfere a um terceiro a condição de sujeito passivo da obrigação tributária, consoante o disposto no art. 128 do CTN.

Em "d": Errado – Tem previsão no art. 134 do CTN, de modo que, havendo a impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, alguns contribuintes respondem solidariamente e subsidiariamente com este, como por exemplo, os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.

Em "e": Errado – A alternativa faz menção ao art. 163 do CTN, que estabelece que *"Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação"*, obedecidas diversas regras enumeradas em seus incisos. Logo, depreende-se que a alternativa não tem qualquer relação com o enunciado da questão.

**GABARITO OFICIAL: A**

# GEOGRAFIA

## **Sobre a Autora**

### **Letícia Veloso**

Graduada em Jornalismo em 2008. Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV. Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo. Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova. Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova. Em blog fala a respeito de cultura, comportamento e do cotidiano por meio da página da seguinte rede social:  
<https://www.facebook.com/meulead/>

**1. (CÂMARA DE SALVADOR-BA - ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL – AOCP – 2011)** Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna da assertiva a seguir.

Uma técnica que consiste em construir, graficamente, um modelo lógico para o sistema de informações gerenciais (SIG), o qual permite que usuários e analistas de sistemas, organização e métodos encontrem uma solução clara e única para o sistema, de modo que este transmita as reais necessidades dos usuários é o/a \_\_\_\_\_.

- a) Fluxo de informações.
- b) Análise estruturada.
- c) Esquema básico do SIG.
- d) Decomposição das áreas funcionais.
- e) Normatização e padronização das atividades.

**2. (CASAN-SC- ADVOGADO- AOCP – 2009)** O território brasileiro está dividido entre estados e municípios e sob o controle de um governo, estadual e municipal, sem falar da união. O que é necessário para que um novo município seja criado? Assinale a alternativa correta.

- a) É necessário verificar se há terras disponíveis no território brasileiro para a demarcação do novo município.
- b) É necessário que um município já existente (município “mãe”) “ceda” parte de seu território, de sua população, de sua infra-estrutura e de seus impostos (as verbas).
- c) É necessário que o processo de emancipação política do município, promulgada pela Constituição de 1988, seja reconhecida pela União.
- d) É necessário que a população localizada na sede administrativa principal (cidade) seja superior a 50 mil habitantes.
- e) É necessário que o município tenha condições de gerar seu próprio orçamento, pois não contará com o auxílio de verbas federais.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – não corresponde à sentença. O fluxo de informações tem a ver com outro cenário.

Em "b": Certo – corresponde ao enunciado.

Em "c": Errado – não corresponde à sentença.

Em "d": Errado – mesmo caso da questão anterior.

Em "e": Errado – mesma situação em "d".

**GABARITO OFICIAL: B**

2.

Em "a": Errado – Não tem a ver com disponibilidade de terra.

Em "b": Certo – É importante haver um município "mãe" esteja de acordo com a medida.

Em "c": Errado – Não consta no item citado.

Em "d": Errado – O número populacional pode ser menos do que 50 mil.

Em "e": Errado – Não corresponde à sentença.

**GABARITO OFICIAL: B**



# CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

## **Sobre a Autora**

### **Letícia Veloso**

Graduada em Jornalismo em 2008. Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV. Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo. Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova. Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova. Em blog fala a respeito de cultura, comportamento e do cotidiano por meio da página da seguinte rede social:  
<https://www.facebook.com/meulead/>

**1. (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA-MG – ENFERMEIRO – AOC – 2018)** No início do século XX, o sanitário campanhista visava, principalmente,

- a) sanear os espaços de circulação das mercadorias exportáveis.
- b) organizar os serviços públicos e descentralizar as ações de saúde coletiva.
- c) implantar redes temáticas de atenção em saúde.
- d) intensificar ações voltadas para a saúde do trabalhador.
- e) monitorar a qualidade de bens de consumo de interesse à saúde.

**2. (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA-MG – ENFERMEIRO – AOC – 2018)** Instrução: Preencha a lacuna e assinale a alternativa correta.

Dentre os atributos da Rede de Atenção em Saúde, a \_\_\_\_\_ deve ser considerada porta de entrada preferencial do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, integrando, coordenando o cuidado, e atendendo às suas necessidades de saúde.

- a) rede de serviços de acesso aberto
- b) prestação de serviços especializados
- c) atenção primária em saúde
- d) alta complexidade
- e) rede logística ampliada

**3. (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA-MG – ENFERMEIRO – AOC – 2018)** De acordo com a Política Nacional de Humanização (PNH), a Humanização deve ser entendida como um conjunto de princípios e diretrizes que se traduzem em ações nos diversos serviços, nas práticas de saúde e nas instâncias do sistema, caracterizando uma construção coletiva. Por isso deve ser considerada uma política

- a) transversal.
- b) vertical.
- c) horizontal.
- d) ascendente.
- e) descendente.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Certo – Se trata da circulação de mercadorias do tipo exportáveis.

Em "b": Errado – Não se refere à descentralização citada.

Em "c": Errado – A sentença não procede.

Em "d": Errado – Item não corresponde ao enunciado.

Em "e": Errado – A informação não corresponde ao fato.

**GABARITO OFICIAL: A**

2.

Em "a": Errado – Rede de serviços de acesso aberto não se refere ao dado citado.

Em "b": Errado – Não se relaciona à prestação de serviços especializados.

Em "c": Certo – A Rede de Atenção em Saúde contempla a atenção primária em saúde.

Em "d": Errado – Não se trata de alta complexidade.

Em "e": Errado – Sentença não correspondente.

**GABARITO OFICIAL: C**

3.

Em "a": Certo – A Nacional de Humanização (PNH) é tida como transversal, com abrangência.

Em "b": Errado – Não pode ser vertical, pois precisa contemplar outros panoramas.

Em "c": Errado – Setença não corresponde ao proposto.

Em "d": Errado – Item não procede.

Em "e": Errado – Sentença não corresponde.

**GABARITO OFICIAL: A**

# HISTÓRIA DO BRASIL

## **Sobre a Autora**

### **Silvia Helena de Araújo**

Professora Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).  
Tem especialização em cursos preparatórios para vestibulares e concursos.  
Atua na área docente.

## COLÔNIA

**1. (CASAN-SC – ADVOGADO – AOCP – 2009)** Segundo Capistrano de Abreu, “Os donatários poderiam fundar vilas, com termo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis, seriam senhores das ilhas e adjacente até distâncias de dez léguas da costa”

(ABREU, Capistrano de. *Capitanias Hereditárias*, Cap. V, pag.65).

Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das Capitanias Hereditárias.

- a) A ocupação do litoral brasileiro se deu de forma desigual, sendo que as capitanias de Pernambuco e de São Vicente foram as que mais prosperaram devido à precoce experiência agrícola e às alianças estabelecidas por seus donatários com os nativos.
- b) A doação de uma capitania era feita através de dois documentos: a “Carta de Doação” que, entre outros, concedia a posse da terra ao donatário permitindo que a deixasse como herança aos seus filhos, mas impedindo-o de vendê-la. A “Carta Foral” definia a participação dos lucros da Coroa na capitania doada.
- c) Hoje chamada de Laguna, a cidade catarinense, antes mesmo de ser povoada entrava para a história sendo considerada o marco no extremo sul do país na demarcação das terras portuguesas definidas pelo Tratado de Tordesilhas, tratado esse que também definia limites para as Capitanias Hereditárias.
- d) O território catarinense não sofreu influências em sua formatação territorial após a extinção das Capitanias Hereditárias, pois ali não houve esse tipo de aquisição de terras, tendo a hoje cidade de Laguna, passado pela história apenas como o ponto que demarcou o fim da linha divisória do Tratado de Tordesilhas.
- e) Os direitos das Capitanias eram hereditários, mas a posse restrita aos donatários cabendo somente 20% das terras. O restante delas deveria ser doado, em regime de sesmarias, a “homens de muita posse e família”, nunca mais de uma sesmaria para cada um, que deveriam morar nas terras.

## IMPÉRIO

**2. (FUNPAPA – AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO – AOCP – 2018)** A Cabanagem ficou conhecida como uma rebelião com fim sangrento no período regencial. Sobre esse conflito, assinale a alternativa correta.

- a) A Cabanagem foi uma grande rebelião causada por produtores de café que eclodiu na província do Pará, em 1815.
- b) Nesse conflito, os cabanos, fazendeiros e donos de indústrias revoltaram-se contra a política de impostos do império português.

- c) O termo cabanagem faz referência aos armazéns agrícolas, fabricados a partir da folha do açaí, muito comum na região do atual Pará, que eram utilizados para estoque da produção de cacau e café.
- d) Foi uma revolta popular muito violenta, ocorrida de 1835 a 1840, na província do Grão-Pará. Seu objetivo era aumentar a importância do seu território no governo central brasileiro e enfrentar a questão da pobreza do povo da região.
- e) O objetivo principal dos cabanos era a deposição do imperador Dom Pedro I, considerado um obstáculo aos planos industriais do estado.

**3. (INES – PROFESSOR HISTÓRIA – AOCB – 2009)** Augusto Henrique Millet, em 1873, escreveu sua obra “Os Quebra Quilos e a Crise da Lavoura”. Uma longa discussão acerca da abolição da escravidão e trabalho livre vinha sendo discutida mesmo antes da interrupção do tráfico negreiro em 1850 (sob pressão da Inglaterra). Afirmação que aparece em discussões parlamentares ou em literaturas idílicas. Uma efervescência da época que era a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ao final da campanha do Paraguai, percorre o Império uma onda favorável à extinção da escravatura. Contudo, o trabalho escravo continuou produzindo até o final do século XIX.
- b) A emancipação de 28 de setembro de 1871 (lei do ventre livre ou do Rio Branco) trazia a imposição de uma profissionalização dos libertos pela lei de nascituro.
- c) Abolida a escravidão no Brasil, não se recorreu de imediato à mão-de-obra da Europa industrializada, uma vez que “os filhos do ventre livre” beneficiados pela lei de nascituro foram profissionalizados.
- d) Uma nova organização do trabalho constrói-se à força do capitalismo. Uma sociedade cujos milhões de homens sobressaltados, estão à mercê de qualquer crise econômica ou monetária, onde a ironia do trabalho livre os coloca sujeitos ao salário.
- e) Calcula-se que entre 1889 e 1900 entraram no Brasil 1.443.892 estrangeiros que se dirigiram, sobretudo para o Rio de Janeiro e São Paulo, concentração que se explica, também, pela demanda de força de trabalho para a lavoura de café, naqueles anos (1887-1914).

**1.**

Em "a": Certo.

Em "b": Certo.

Em "c": Certo.

Em "d": Errado – A formação do território catarinense sofreu influências após o fim do sistema de Capitanias Hereditárias. Os interesses de Portugal no sul do Brasil fizeram da região uma nova unidade administrativa para garantir a posse e expansão do reino.

Em "e": Certo.

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em "a": Errado – A Cabanagem não foi uma rebelião causada por produtores de café.

Em "b": Errado – Os donos de indústrias não se revoltaram-se contra a política de impostos do império português.

Em "c": Errado – O termo cabanagem faz referência ao tipo de habitação da população ribeirinha, ou seja, cabanas.

Em "d": Certo – A Cabanagem foi uma das revoltas do período Regencial. A revolta na então província do Grão-Pará mobilizou principalmente as camadas populares - os cabanos - entorno de objetivos republicanos e de diminuição da desigualdade da população.

Em "e": Errado – No período Dom Pedro I não era imperador do Brasil.

**GABARITO OFICIAL: D****3.**

Em "a": Certo.

Em "b": Certo.

Em "c": Errado – A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre no Brasil ocorreu de maneira intensa. A mão de obra europeia foi prontamente trazida ao país para o trabalho nas lavouras de café.

Em "d": Certo.

Em "e": Certo.

**GABARITO OFICIAL: C**

# HISTÓRIA GERAL

## **Sobre a Autora**

### **Silvia Helena de Araújo**

Professora Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Tem especialização em cursos preparatórios para vestibulares e concursos. Atua na área docente.



**1. (INES – PROFESSOR HISTÓRIA – AOCP – 2009)** No período compreendido entre os séculos XV e XVII, a Europa Ocidental passou por significativas transformações no âmbito econômico, social, cultural e religioso. Assinale a alternativa correta.

- a) A Contra-Reforma representou uma mutação sem precedentes na história da Igreja Católica, alterando os dogmas da fé cristã e estimulando a reconciliação entre católicos e protestantes.
- b) Os intelectuais, ligados ao movimento humanista, tomaram como ideal cultural o homem da Antiguidade Clássica, cujo individualismo aproximava-se dos valores da recém-organizada burguesia.
- c) Os descobrimentos marítimos impulsionaram o desenvolvimento econômico-social europeu, mas causaram a estagnação da produção artística e intelectual devido ao contato com povos bárbaros.
- d) O Renascimento expressa um conjunto de manifestações históricas desencadeadas pelas modificações econômicas e sociais decorrentes do comércio e da vida rural, quando a população estava, em sua maioria, vivendo em feudos.
- e) O Humanismo, a Reforma Religiosa e o Renascimento constituem movimentos isolados que eclodiram na Europa Ocidental visando, sobretudo, valorizar os signos da unidade nacionalista, a evangelização e o mercantilismo.

**2. (INES – PROFESSOR HISTÓRIA – AOCP – 2009)** “Em 1517 o Padre Bartolomé de las Casas sentiu pena dos índios que se consumiam nos penosos infernos das minas de ouro nas Antilhas e propôs ao imperador Carlos V a importação de negros para que se consumissem nos penosos infernos das minas” (Jorge Luis Borges). Assinale a alternativa correta.

- a) A conquista e colonização da América foram realizadas envolvendo a destruição da população e de grande parte das culturas indígenas, mas a eles foi oferecida a possibilidade de sociedade nos lucros das minas.
- b) A intenção do colonizador com o indígena era a mesma em todo o continente. Ele se tornou a mão de obra necessária para a exploração das minas de prata e ouro, para a realização de trabalhos agrícolas, ou para a construção das cidades.
- c) A violência praticada contra os indígenas ocorreu em toda a América tornando-se tema de debate na Europa, o que levou os reis da Espanha e de Portugal a incentivarem a vinda dos imigrantes para as colônias.
- d) Os indígenas reagiram, após a conquista, de formas diferenciadas, no vale do México, por exemplo, existiram índios que se aliaram a Cortés, negociaram uma aliança, e conceberam uma estratégia para vencer os astecas o que evitou que o México fosse dominado.
- e) A igreja, profundamente ligada à empresa dos descobrimentos, propondo-se a tornar todo pagão fiel a Deus iniciou um longo trabalho de catequese evitando que as etnias se perdessem ou fossem destruídas pelos colonizadores.

## GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – A Contra-Reforma não estimulou a reconciliação entre católicos e protestantes.

Em "b": Certo – Durante a transição da Idade Média para Idade Moderna, a Europa Ocidental viu florescer o movimento humanista que exaltava os valores greco-romanos frente aos ideais religiosos cristãos.

Em "c": Errado – Os descobrimentos marítimos não causaram a estagnação da produção artística e intelectual.

Em "d": Errado – O Renascimento expressa um conjunto de manifestações históricas desencadeadas pelas modificações econômicas e sociais decorrentes da vida rural.

Em "e": Errado – O Humanismo, a Reforma Religiosa e o Renascimento não foram movimentos isolados e não valorizaram os signos da unidade nacionalista, a evangelização e o mercantilismo.

**GABARITO OFICIAL: B**

2.

Em "a": Errado – Não foi oferecida a possibilidade de sociedade nos lucros das minas aos povos indígenas.

Em "b": Certo – A exploração da mão de obra indígena na América Espanhola foi muito utilizada na mineração e trabalhos agrícolas. Os jesuítas se opuseram à escravidão dos índios gerando conflitos com a Coroa e tentativas de inserção do trabalho africano. No entanto, a mão de obra indígena não foi totalmente abolida.

Em "c": Errado – Os reis da Espanha e de Portugal não incentivaram a vinda dos imigrantes para as colônias.

Em "d": Errado – O México foi dominado pelos espanhóis.

Em "e": Errado – O trabalho de catequese não evitou que as etnias se perdessem ou fossem destruídas pelos colonizadores.

**GABARITO OFICIAL: B**